



# Anais da Assembléia

Nº 150

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 230ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1977

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Facci e Lúcio Machado

Às 9,30 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 330/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 267/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Paulo Fortes. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. JURANDIR MESSIAS – (Pela ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, tão somente para indagar de V. Exa., qual a razão desta sessão extraordinária, numa sexta-feira. Parece-me que é a primeira vez que isto ocorre.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) A Presidência informa que não é esta a primeira vez que se realiza sessão extraordinária às sextas-feiras, como também já se realizaram às segundas-feiras, às 14,00 horas, embora não seja regimental.

Todavia, havendo matéria para deliberação do Plenário e considerando a proximidade do recesso, a Presidência pretende dar maior agilização aos trabalhos legislativos, discutindo o maior número possível de matéria.

Neste período legislativo aprovaram-se o maior número de matérias de toda a história desta Casa Legislativa. A sinópsse de 5 de dezembro conferirá a este Poder a certeza de que todos os Parlamentares, durante este período de 77, foram operosos, conferindo a esta Casa um record absoluto de matérias deliberadas.

O Sr. JURANDIR MESSIAS – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, às 14,00 horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução no. 330/77

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 231ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 1977

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Erondy Silvério.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE – (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO – procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

MENSAGEM 125/77 Curitiba, 10 de novembro de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 07 de outubro de 1977, ao convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de INDIANÓPOLIS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 126/77 Curitiba, 10 de novembro de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 07 de outubro de 1977, ao convênio celebrado em 05 de novembro de 1976 entre o Governo do Estado e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado  
– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 127/77 Curitiba, 10 de novembro de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 17 de outubro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, através do CENTRO DE PESQUISAS FLORESTAIS – CPF., do SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, objetivando estabelecer diretrizes do “Estudo das Alternativas Técnicas Econômicas e Sociais para o Setor Florestal do Paraná” - Subprograma “TECNOLOGIA”.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR – Governador do Estado  
– À Comissão de Constituição e Justiça

#### OFÍCIO:

Ofício no. 257/77 Curitiba, 18 de novembro de 1977.  
Senhor Presidente.

Tenho o prazer de designar para comporem a Comissão Especial para análise das Emendas contidas na Proposição no. 537/77, os seguintes Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares e Augusto Carneiro.

Externo a V. Exa., na oportunidade, os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei no. 152/77, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a alienar à Associação Comercial de Paranavaí, o imóvel que especifica, de propriedade do Estado

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) WILSON FORTES

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos, da coluna do jornalista Ali Bark, publicada no jornal “Gazeta do Povo”, edição de 11/11/77, intitulada “A presença do líder”.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se oficie à SERCOMTEL – Serviço de Telecomunicações Telefônicas de Londrina, pleiteando a instalação de uma cabine telefônica para serviços interurbanos, no Aeroporto de Londrina.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### JUSTIFICATIVA:

O que ora se pleiteia, tem importância especial, pois visa conceder - aos passageiros das linhas aéreas - em trânsito por aquela importante cidade do Norte Pioneiro, maiores facilidades no setor da comunicação, evitando o inconveniente de estarem solicitando obséquios às empresas que ali operam - e que nem sempre podem atender tais solicitações. Ora, se vivemos numa época de tanta movimentação e acidade de Londrina é, sem dúvida alguma, o centro nervoso das grandes transações comerciais que se verificam em nosso Estado, nada mais justo o que ora se deseja - e que traduz, em essência, os reclamos constantes dos que se servem do Aeroporto de Londrina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Dr. Tancredo Benghi, apelando no sentido de determinar que sejam atendidos os trabalhadores em conservação de estradas, especialmente do 15o. Distrito Rodoviário, referente às horas extras trabalhadas.

É que, segundo se tem conhecimento, os trabalhadores em conservação de estradas, especialmente do 15o. Distrito Rodoviário, alguns deles, vêm trabalhando oito horas diárias e até mais, não lhes sendo pagas as horas que excedem a seis (06) que é a carga prevista no parágrafo 1o. do artigo 53 da Lei no. 6174, de 16/11/70.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, e atendido ao que faculta o Regimento Interno, em seu art. 126, seja determinada a anexação à Proposição de emenda à Constituição do Estado de no. 537/77, a Proposição no. 419/77, que altera o artigo 76 da mesma Constituição, para integrar aquela proposição, a fim de merecer o parecer da Comissão competente, na mesma oportunidade, mormente porque ainda não foi constituída a Comissão que deverá estudar a emenda, cuja juntada se pede.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Paraná e à Secretaria de Segurança, consubstanciado em denúncia e pedido de providências. Requer ainda, o encaminhamento das cópias anexas que descrevem o motivo da denúncia e a comprovam.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com a correspondência que recebemos firmada pelo advogado Hélio Gonçalves, que milita na Comarca de Altônia, o tenete Luiz Carlos Pinheiro que é responsável pela Polícia

Rodoviária na circunscrição de Ponta Grossa, houve por desmerecer a confiança que lhe é depositada pelo alto comando da sua guarnição, valendo-se de seu cargo para assumir atitude passiva de sindicância e posterior punição.

Ocorre que o nominado cidadão, abusando da autoridade da qual é revestido, negou-se a atender as determinações contidas no ofício no. 754/77, de 27 de outubro do corrente ano (cópia anexa), firmado pelo MM. Juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa, Dr. Kuiz Fernando Araújo Pereira, no sentido de que o oficiado fizesse a entrega do caminhão Scania Vabis, placa IO-5430, ao seu legítimo proprietário, Sr. Dirceu Portela, em atendimento à Carta Precatória expedida pela Comarca de Umuarama.

Sucedendo que o referido veículo é objeto de processo de falsificação de documentos que tramita na Comarca de Umuarama, e após ter sido envolvido em acidente pelo "infiel depositário", Sr. Nelson Squário, foi recolhido ao pátio da Polícia Rodoviária de Ponta Grossa, com um débito referente ao guinchamento estipulado pelo tenente Luiz Carlos Pinheiro em três mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros.

Todavia, o legítimo proprietário do caminhão, contratou outro veículo para transportá-lo até a cidade de Umuarama, pela importância de três mil e seiscentos cruzeiros para cobrir uma distância de novecentos quilômetros, ao passo que o serviço de guinchamento do local do acidente até o pátio da Polícia Rodoviária não ultrapassou quinze quilômetros, diferença absurda que dá margens à dúvida quanto à capacidade do comandante Luiz Carlos Pinheiro para exercer tal função.

Ainda no mandato judicial para devolução do veículo ao seu legítimo dono, consta que "relativamente às despesas com guinchamento do referido caminhão das quais V. Sa. (cmte da Polícia Rodoviária) dá notícia esclareço que tais despesas poderão ser cobradas pela via própria pelo responsável da firma e JAMAIS PODERÃO SERVIR DE ÔBICE PARA FRUSTRAR A AÇÃO DA JUSTIÇA".

Com base no acima exposto e nas considerações anexas, através desta Casa, solicito a manifestação final e as providências cabíveis por parte do digno Comandante de nossa Polícia Militar, Coronel Frederico Ernesto Virmond.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Diretor do Detran - Departamento de Trânsito - e à Secretaria de Segurança, solicitando as medidas necessárias para disciplinar o trânsito na cidade de Campo Mourão. Requer ainda, o encaminhamento da cópia de correspondência enviada à Chefia da 8.ª Circunscrição de Trânsito sediada naquele município, pelo Sr. Gonzaga de Oliveira, um dos reclamantes das providências acima pleiteadas.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### JUSTIFICATIVA:

A população da cidade de Campo Mourão, encontra-se apreensiva e tememora em virtude da ineficiência e do descaso por parte das autoridades responsáveis pela fiscalização do trânsito.

Apesar dos inúmeros apelos encaminhados diretamente à Chefia da 8.ª Circunscrição de Trânsito sediada em Campo Mourão, por inúmeros habitantes e das manifestações promovidas pelos diversos órgãos de imprensa do Município-modelo, nenhuma providência foi levada a efeito, persistindo a inobservância do respeito à segurança dos mourãoenses.

Tal situação exaspera os habitantes daquela progressista cidade que temem por consequências fatais.

Tenho convicção que a direção do Detran levará a efeito, com urgência, as providências que se fazem de há muito esperadas.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 160/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO SANEPAR, com sede e foto em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Sanepar, conforme incluso relatório das atividades desenvolvidas e dos benefícios prestados no período janeiro/outubro-77 (que integra a esta justificativa), vem prestando relevantes serviços à coletividade.

A aprovação deste plano de lei, pelos eminentes Deputados, e a sanção governamental, se constituirá em reconhecimento ao exemplar e louvável desempenho.

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 161/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica alterado o disposto no Art. 130 (Caput) da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, com fundamento com o que dispõe o § 3.º, do Art. 102, da Emenda Constitucional no. 01, de 17 de outubro de 1969, concedendo-se ao funcionário público estadual que tenha prestado serviço a qualquer área, federal, estadual ou municipal, o direito de contar, para todos os efeitos legais, o respectivo tempo de serviço prestado a qualquer um desses órgãos públicos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

#### JUSTIFICATIVA:

Ocorre que, em nosso Estado, já esteve em vigência Lei temporária, concedendo tais benefícios aos funcionários estaduais, mas, em verdade, ponderável parcela de servidores públicos, ainda na ativa, não pode se beneficiar da referida Lei - por razões inteiramente alheias à sua vontade. É que, quando tomaram conhecimento da existência da Lei, está já estava fora de vigência. O fato é que, essa falta de conhecimento foi motivada em sua maioria, não por culpa ou displicência do funcionário, mas pela grande deficiência dos meios de comunicação, prejudicando apreciável parcela de servidores que, lotados em repartições públicas em distantes municípios do hinterland paranaense, não foram, em tempo hábil, informados da concessão desse benefício. O que aqui se pretende, com a aprovação deste projeto de lei, é de inteira justiça e tem fundamento lógico na mais pura razão, observando-se ainda o relevante aspecto social e humano da medida. O que pretendemos afinal, é que através uma nova Lei, mesmo temporária, se conceda a oportunidade aos servidores estaduais não beneficiados pela Lei anterior, de contarem, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, o tempo de serviço prestado ao Governo Federal, aos Executivos Estaduais e Municipais, mesmo que seja serviço prestado a entidades autárquicas ou paraestatais.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prosseguindo na linha de trabalho para lotar esta Casa de órgãos e formas suficientes para melhor fiscalização e acompanhamento das execuções orçamentárias, ocupo esta tribuna para apresentar um projeto de resolução, e me limitarei a lê-lo e sua justificativa. (Lê):

**"PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 381/77**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º. — Fica criada a CONSULTORIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CONFIOR) dentro da estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a seguinte disposição organizacional: CONSULTORIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

- a) - Gabinete da Consultoria de Finanças e Orçamento
- b) - Divisão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução orçamentária e Financeira
- c) - Divisão de Elaboração, Alteração e Assistência Técnica Orçamentária e Financeira.

Art. 2º. — À Consultoria de Finanças, compete

I — Pela Divisão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira:

- a) - Acompanhar, controlar e coordenar a tramitação da Lei de Maio e da Lei do Orçamento Plurianual de Investimentos, bem como as suas alterações, na esfera do Poder Legislativo, atendendo determinações da Comissão de Orçamento;
- b) - Apreçar e fornecer os instrumentos necessários ao exercício da função fiscalizadora e controladora de contas do Poder Legislativo, em consonância com as determinações das Comissões Permanentes, Mesa Executiva e Diretoria Geral;
- c) - Assessorar as Comissões, a Mesa Executiva, aos Deputados e Diretoria Geral no processo orçamentário.

II — Pela Divisão de Elaboração, Alteração e Assistência Técnica Orçamentária e Financeira:

- a) - Coordenar o planejamento, a programação e elaboração da proposta orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, bem como estruturar as alterações solicitadas;
- b) - Pronunciar-se em processos de natureza técnica Orçamentária e Financeira, quando solicitadas pelas Comissões Permanentes, Mesa Executiva e Diretoria Geral;
- c) - Proceder estudos e pesquisas sobre planejamento, programas e matérias orçamentárias ou financeiras, visando o aperfeiçoamento e objetivando fornecer subsídios à instrução de processos submetidos à apreciação da Consultoria de Finanças e Orçamento;
- d) - Organizar e manter atualizado fichário e bibliografia sobre matéria orçamentária e financeira.

Art. 3º. — Os pronunciamentos da Consultoria de Finanças e Orçamento deverão conter, além do parecer do Relator, os apropos do Chefe de Divisão e do Diretor, aos quais é facultado o direito de encaminhar o processo à deliberação, com o Parecer em separado.

Art. 4º. — Fica autorizada a Comissão Executiva, dentro de sessenta (60) dias, em proceder a criação de seções das Divisões da Consultoria de Finanças e Orçamento, sem contudo contrariar as disposições desta Resolução e as finalidades do órgão.

Art. 5º. — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

Apoiamentos: Lúcio Machado, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho e Renato Bernardi.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei visa dotar o Poder Legislativo de um órgão permanente para apreciar a tramitação da Proposta Orçamentária anual e plurianual, a elaboração do Orçamento da Casa, bem como de todas as Leis que tratem de matéria referente ao Orçamento.

A relação direta e a correlação entre o Planejamento e o orçamento asseguram a consistência dos objetivos e metas governamentais a longo, médio e curto prazo. Entretanto, a elaboração técnica dos planos, projetos e orçamento, por si só, representam um primeiro passo, pois não constituem uma

garantia nem tem influência no desenvolvimento na ação do governo, pois apenas são levados à prática seguindo sistemas adequados de execução, controle e avaliação.

Pode-se afirmar que os países em desenvolvimento têm capacidade de elaborar planos com os requisitos exigidos pela técnica moderna; em contrapartida, não se encontram em possibilidade de colocá-los em prática com um grau aceitável de execução.

O ciclo orçamentário é um processo contínuo, dinâmico e flexível, através do qual se programa, executa, controla e avalia a atividade do setor público nos seus aspectos físicos e financeiros.

Neste trabalho de coordenação e consolidação que implica na formulação do orçamento, não somente devem tender à busca de um equilíbrio financeiro entre o montante das despesas programadas e o volume de receitas calculadas, mas também é necessário buscar a compatibilização entre os projetos dos planos e os orçamentos dos programas anuais. Esta compatibilização requer uma análise detalhada da consistência das metas que se fixam nos programas orçamentários e as orientações e objetivos dos planos de longo e médio prazo.

A sanção legal de um orçamento não é feito no marco da política governamental, pois influi notoriamente, nos destinos do Estado, porque nas transações incluídas no documento orçamentário vão inseridas várias diretrizes de comportamento social.

O controle e avaliação orçamentária não são independentes: um do outro, mas fazem parte integrante de um mesmo processo de medição de eficiência e eficácia. Constituindo uma fase que implica em verificar e valorizar as ações planejadas com o intuito de apreciar qualitativa e quantitativamente os propósitos previamente fixados e ao mesmo tempo determinar as ações corretivas a fim de ajustar a execução às previsões originais ou a novos lineamentos conjunturais que surgem durante o processo.

Preceitua a nossa Constituição que a fiscalização financeira e orçamentária do Estado será exercida pela Assembléia Legislativa do Estado, mediante controle externo, no entanto carece este Poder de um órgão permanente e especializado para atendimento desta norma constitucional, por isso, nossa intenção é no sentido de adequar esta Casa, para que, além do controle e avaliação, seja também fiscalizada a execução orçamentária e, conseqüentemente, dando maior suporte à própria administração para o trato da matéria referente ao orçamento".

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência sente-se honrada em anunciar a presença nas galerias de honra desta Casa de Leis, do Sr. José Rodrigues Carvalho, líder político do Município de Peabiru, Renato Ormonato, Vice-Presidente do Município de Janiópolis, Waldomiro Alves da Silva, Líder Político de Goioerê, que se fazem acompanhar do eminente Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A preservação do meio ambiente tem-se constituído em uma das preocupações maiores em nossos dias, tendo em vista conclusões científicas que mostram a necessidade de medidas urgentes e eficazes, para que o ar, a água e o solo não se constituam em agentes de destruição do próprio homem.

Temos ouvido constantemente pronunciamentos de ilustres homens a respeito deste assunto e também de autoridades públicas que estão demonstrando preocupação cada vez maior quanto ao sério problema.

Ainda no dia 15 último, quando se realizou nesta Casa um Simpósio promovido pelo Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional, com vistas à análise de assuntos de interesse da região metropolitana de Curitiba, se abordou o proble-

ma de comprometimento de diversos cursos d'água que servem a cidade de Curitiba, e disse o Prefeito do Município vizinho de Piraquara que um dos rios, o rio Palmital, será brevemente desviado do posto de tratamento de água situado às margens da BR-277, tendo em vista a poluição de suas águas.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, medidas urgentes deverão ser tomadas, e o apoio desta Casa para isto se torna necessário realmente.

Nesta manhã, desta tribuna, preocupado neste assunto, com respeito destaco o zelo com que um dos homens mais ilustres do Estado do Paraná, o ex-Prefeito de Curitiba e ex-Ministro da Agricultura, Dr. Ivo Arzua Pereira, todas as semanas oferece às autoridades constituídas e ao povo, opiniões oportunas no sentido de que a ecologia, a agricultura, e o desenvolvimento tenham uma boa orientação, através de seus artigos publicados no prestigioso jornal "Correio de Notícias".

No dia de hoje publica um artigo denominado "Poluição das Bacias Hidrográficas em que faz um estudo a respeito dos problemas que ocorrem já em outros Estados da Federação, tendo em vista a poluição da Baía da Guanabara, do Rio Tietê, do Rio Paraíba, e de outras Bacias Hidrográficas no qual formula um alerta, que tomamos a liberdade de ler nesta oportunidade, para que fique registrado nos Anais deste Poder Legislativo.

Diz ele:

"No terceiro segmento desta série, intitulado **POLUIÇÃO AMBIENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS**, mostramos que grandes rios da Terra, tão decantados em prosa e versos, cujas margens sinuosas e românticas silenciosamente presenciaram o secular desenrolar da História da Humanidade, estão agora transformados em soturnos canais de esgotos. De preciosas **ARTÉRIAS** que eram, para a manutenção da vida animal e vegetal em nosso Planeta, passaram à condição de **CONDUTOS DA MORTE** - material putrefato e mal cheiroso, que as coletividades humanas neles despejam, cada vez em maior volume. E os lagos, as baías, os mares e oceanos que recebem esse material poluente, já apresentaram alarmantes índices de poluição, como são os casos da Lagoa Rodrigo de Freitas e da Baía da Guanabara, e de algumas regiões costeiras no Brasil".

Ao finalizar o seu artigo, afirma:

"OS RIOS ESTÃO MOREENDO LENTAMENTE".

E cita declarações do Secretário de Obras Públicas e Meio Ambiente de São Paulo, em entrevista à imprensa, publicada no exemplar de 20 de agosto de um Diário do Estado de São Paulo.

"Os rios, lagos e represas paulistas estão morrendo lentamente, e os doze milhões de habitantes do Estado, correm o risco de não ter água limpa para beber no futuro, se não forem tomadas medidas urgentes contra o envenenamento sistemático das 29 Bacias Hidrográficas de São Paulo, seus mananciais subterrâneos e das poucas matas que protegem as águas que correm a superfície".

E complementa:

"Este é o quadro mais ou menos geral no que respeita às Bacias Hidrográficas, que se revem às grandes concentrações urbanas e industriais. Daí o alerta dos cientistas alemães já citados, as bases da nossa existência estão em perigo".

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se medidas urgentes não forem adotadas por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, possam contribuir para as condições de vida das futuras gerações, talvez elas nem possam existir para verificar os resultados. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Havendo declinado, consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasi-

leito, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiado, constante do expediente, — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução no. 314/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 123/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Cambará, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, visando melhoria da rede municipal de ensino do 1.º grau. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 314/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados o convênio celebrado em 01 de setembro de 1976, e respectivo Termo Aditivo datado de 02/09/76, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de CAMBARÁ, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução no. 315/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 137/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Ibaíti, objetivando melhoria na rede municipal de Ensino de 1.º grau. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

##### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 315/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio celebrado em 22/09/76 e respectivo Termo Aditivo datado de 23 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de IBAÍTI, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução no. 316/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 139/77, aprova convê-



nio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Iporã, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 316/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio celebrado em 01 de setembro de 1977, e respectivo Termo Aditivo datado de 02 de setembro de 1977, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de IPORÃ, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vista à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 317/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 145/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Mandaguari, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 317/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio datado de 29 de setembro de 1976, e respectivo Termo Aditivo datado de 30 de setembro de 1976, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de MANDAGUARI, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, com vista à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 318/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 155/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Rolândia, objetivando articulação entre os Governos da União Estado e Município, visando melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 318/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio firmado em 29 de setembro de 1976, e respectivo Termo Aditivo datado de 30 de setembro de 1976, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Rolândia, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vista à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 319/77, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 161/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Umuarama, objetivando articulação entre os Governos da União, Estado e Município, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 319/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio firmado em 01 de setembro de 1976, e respectivo Termo Aditivo datado de 02/09/76, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de UMUARAMA, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.º Grau.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 323/77, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 209/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de Terra Roxa, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados na forma que especifica. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 323/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 12 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de TERRA ROXA DO OESTE, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, via ensino supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do 1.º grau.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução no. 324/77, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 210/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Guaríra, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica. — APROVADO.

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 324/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1.º — Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 12 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de GUAÍRA, objetivando a operacionalização de ação conjunta para a implantação do Projeto LOGOS II habilitação de professores não titulados, via ensino suple-

tivo, em exercício nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução número 326/77, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 221/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Município de Apucarana, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — Habilitação de professores não titulados, conforme específica. — APROVADO.

Redação Final do Projeto de Resolução número 326/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1o. — Fica aprovado o Acordo Plurianual celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura, e o Município de Apucarana, para operacionalização de ação conjunta na implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, via ensino supletivo, em exercício do magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau.

Art. 2o. — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 9 de novembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição número 520/77, oriunda do ofício número 841/77, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que submete à apreciação desta Casa a Resolução número 3.661/77 daquele egrégio Tribunal, que julgou ilegal o contrato firmado entre a Secretaria do Interior — SEIN, e o arquiteto JOSÉ ALVES DO SOCORRO. Parecer da CCJ., julgando legal o referido contrato; por unanimidade. — Em regime de urgência.

#### PROPOSIÇÃO NÚMERO 520/77

Ofício número 841/77

Curitiba, em 18 de outubro de 1977.

Senhor Presidente.

Pelo presente, vimos passar às mãos de Vossa Excelência o incluso protocolado número 5970/75-TC, em que é interessada a Secretaria de Estado do Interior do Estado do Paraná — SEIN, tendo em vista o deliberado pela Resolução número 3661/77, do Plenário deste órgão, constante das fls. 54 do aludido processo.

Nesta oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência as expressões de alto e distinguido apreço.

(a) LEONIDAS HEI DE OLIVEIRA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer a Proposição número 520/77

A presente proposição é originária do Ofício número 841/77-Gab. Presidência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, com o qual é encaminhado o Protocolado sob o número 5970/75-TC, em que é interessada a Secretaria de Estado do Interior do Estado do Paraná — SEIN, tendo em vista a Resolução número 3661/77, daquele Tribunal, que manteve a decisão constante do Acórdão número 802/75-TC, que julgou ilegal o contrato firmado entre aquela Secretaria e José Vicente Alves do Socorro.

Examinando-se exaustivamente, todas as peças do

presente processado, e, por razões de economia processual, queremos nesta oportunidade solicitar que as alegações e fundamentos do recurso da Secretaria de Estado do Interior sejam consideradas como parte deste parecer.

Os fundamentos ali expendi os e principalmente os judiciosos conceitos emitidos no parecer da douta Procuradoria Geral do Estado junto àquela egrégia Corte, e ainda, o voto do eminente Conselheiro José Isfer (fls. 42 a 53), que enriqueceram sobremaneira os argumentos levantados, nos convencem plenamente da legalidade do contrato objeto da questão.

Nestas condições, o nosso parecer é no sentido de ser a presente Proposição número 520/77, incluída na Ordem do Dia para, em DISCUSSÃO ÚNICA, se manifeste esta Assembléia, dando provimento ao recurso para reformar o acórdão número 802/75-TC, do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, julgando legal o contrato firmado entre a Secretaria de Estado do Interior e José Vicente Alves do Socorro.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

O SR. TRAJANO BASTOS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, para discutir, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O artigo 41 e seu parágrafo 9o., da Constituição do Estado do Paraná, determina o seguinte:

“Art. 9o. — A Assembléia Legislativa deliberará sobre a solicitação de que cogita a alínea “C” do parágrafo anterior, no prazo de 30 dias, findo o qual, sem pronunciamento do Poder Legislativo, será considerada insubsistente a impugnação.”

Isto diz respeito à matéria que está sendo apreciada hoje pelo Plenário desta Casa, e que diz respeito à posição adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná que julgou ilegal o contrato firmado entre a extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas, e o arquiteto José Vicente Alves do Socorro.

O presente, o contrato a que se refere este relatório, relatório de 16 laudas, é assinado pelo Conselheiro, Doutor João Feder.

Houve por bem, o Tribunal de Contas, julgar ilegal o contrato, o pagamento efetuado ao Doutor José Vicente Alves do Socorro, pagamento este, oriundo de uma prestação de serviço.

Alega o Tribunal de Contas, que não houve, conforme obriga o Decreto-Lei número 200, da Licitação para essa prestação de serviço.

Acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Ofício, o expediente encaminhado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, chegou a esta Casa no dia 19 de outubro de 1977; no dia 20, um dia após o recebimento, o Sr. Presidente despachou, encaminhando à Comissão de Constituição e Justiça; no dia 25 de outubro, o Deputado Gilberto Carvalho, que é o relator da matéria, ficou de posse para, naturalmente, proferir o seu parecer. E, somente no dia 16 de novembro de 1977, a Comissão de Constituição e Justiça deu seu parecer favorável ao pagamento e contrário, portanto, à decisão do Tribunal de Contas do nosso Estado.

Acontece, Sr. Presidente, que o Plenário desta Casa, os Srs. Deputados, a grande maioria, só tomou conhecimento da matéria, oficialmente, no dia 16 e esta matéria vem para decisão do Plenário no dia 19 que, é hoje, data fatal para ser apreciada a matéria, porque se não for apreciada, será, conforme diz a Constituição, será considerada insubsistente a impugnação.

Agora, pergunto aos Srs. Deputados: — Matéria desta importância, Srs. Deputados, em que é chamado o Poder Legislativo deste Estado para apreciar um trabalho técnico, jurídico, do Tribunal de Contas do Estado, um longo parecer de 16

laudas, invocando autores, jurisprudência e, considerado, finalmente, ilegal o contrato, o pagamento, o que resta a este Plenário fazer?

Hoje, vencem os 30 dias e o fato é que o Poder Legislativo não estudou, como deveria ter feito, pela importância da matéria, isto que se vota, hoje.

Confesso aos Senhores que por não ter tomado conhecimento desta matéria, em tempo hábil, para que pudesse a minha bancada fazer um estudo mais aprofundado da matéria, não vejo como discuti-la, como seria necessário, mais aprofundadamente, já que os Deputados do MDB foram votos vencidos na Comissão — Deputado. Maurício Fruet, Deputado Waldenício Barbalho, Deputado Muggiati Filho; e, para que esta matéria, Sr. Presidente, não passe sem que este Plenário se manifeste, eu requeiro a V. Exa., Sr. Presidente, que o parecer do Tribunal de Contas, parecer da lavra do Conselheiro João Feder, seja todo transcrito nos Anais desta Casa, para que, futuramente, não se alegue que matéria desta ordem tenha passado, completamente, despercebida pelo Plenário.

O Sr. Relator da CCJ., ilustre Deputado Gilberto Carvalho, no seu parecer, opina pela ilegalidade do contrato firmado entre a Secretaria do Interior e o arquiteto José Alves do Socorro. Acontece que, muito embora e é bom que se diga isto claramente, o ilustre Deputado Relator já de outras vezes tem dado contribuições valiosas a este Poder com Relatórios, com Pareceres trabalhados, bem fundamentados. Com a devota vênua do ilustre Relator, dada a profundidade da matéria, o Parecer que S. Exa. manda a Plenário não convence e nisto, ilustre Deputado, não receba V. Exa. nenhuma crítica que possa ser entendida como demérito a pessoa de V. Exa. Apenas uma opinião deste Deputado, que não encontrou no Parecer de V. Exa., razões que o convencessem da legalidade do assunto levantado pelo Tribunal de Contas deste Estado, e enviado a esta Assembléia.

Nestas condições, Sr. Presidente, eu encaminho à Mesa o seguinte requerimento.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para esclarecer ou para retificar a incorreção constante da Ordem do Dia, quando trata desta Proposição, que dá o Parecer do Sr. Relator como aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça. Isto não é verdadeiro. O SR. TRAJANO BASTOS — Exato.

O Sr. Osvaldo Macedo — Não é verdadeiro porque o próprio Parecer que acompanha a Ordem do Dia anota bem o nome dos que foram voto vencido. Portanto, contrários ao apressado Parecer do Sr. Relator. E deve-se observar, e é de se registrar que os Membros da Bancada do MDB presentes a esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça, houveram por bem de desaprová-lo, de discordar do Parecer do Sr. Relator, o eminente Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu agradeço a V. Exa. e reafirmo o que disse de início. O Parecer da CCJ. realmente os Deputados componentes da Bancada do MDB foram votos vencidos: O Deputado José Muggiati Filho, Maurício Fruet e Waldenício Barbalho. Mas, voltando, Sr. Presidente, encaminho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, transcrição nos Anais da Casa do relatório oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinado pelo Sr. Conselheiro Relator, Dr. João Feder, o qual julgou ilegal o contrato firmado entre a extinta Secretaria de Viação e Obras Públicas e o Arquiteto José Vicente Alves do Socorro.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS"

E Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para encare-

cer dos meus ilustres colegas, que matérias iguais a estas, idênticas a esta que por certo virão daqui para a frente, que se dê conhecimento à Casa, com toda a publicidade possível, para que o Deputado que não faz parte da Comissão e trabalha em Plenário, tenha condições de examiná-la, discuti-la, tendo tempo necessário para isso e fazer com que o seu voto seja dado conscientemente e sem a menor sombra de dúvida.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Trajano Bastos, na realidade esse Processo foi distribuído no dia 25 de outubro, uma terça-feira. Na quarta-feira houve reunião da CCJ.. Não era possível no dia seguinte dar o Parecer num processo volumoso como esse, com vários pareceres. Eu não apresentei na reunião de quarta-feira. Depois, houve uma outra reunião em que eu não estava presente. Depois veio os feriados e nós não reunimos mais a Comissão. Eu precisava de ter alguns elementos, e o meu parecer, eu me louvei num Parecer da Consultoria Geral da República, emitido pelo Consultor Luiz Rafael Maia, verifiquei o Parecer emitido pelo eminente Conselheiro Zacarias Seleme e também o voto dado pelo eminente Conselheiro José Isfer, às folhas 42/53.

Esse parecer da Consultoria Geral da República, nobre Deputado permita V. Exa., que me alongue um pouquinho para poder melhor esclarecer, porque eu preciso discutir esta matéria. O SR. TRAJANO BASTOS — Sem dúvida.

O Sr. Gilberto Carvalho — A Consultoria Geral da República, chamada a manifestar-se sobre o tema que ora se discute nos termos enunciados pelo Aviso número 76 de 10 de janeiro de 1977, do ilustre Ministro, Chefe do Gabinete Civil, cuida o processo anexo, dirimir controvérsias sobre a conceituação da caracterização do que seja notória especialização, para efeito de dispensa de licitação, em contratos de prestação de serviços técnicos, relativos à elaboração de projetos de Engenharia e Arquitetura e Cálculos Complementares.

Faz referência neste Parecer, que o conceito "notória especialização", contrato de texto legal, seja procedido com uma empresa, embora a lei fale em profissional quase como uma atividade individual, para que a especialização, que a notoriedade da competência, tanto pode caber a uma pessoa física, quanto a uma organização e até se tiver a segunda hipótese, é a presente contingência da atualidade econômica e social.

Então, pelos pareceres que nós verificamos, e este Parecer da Consultoria Geral da República, não se pode julgar se o caso em tela, é de "notória especialização", ou não.

Esse Engenheiro contratado, já tem serviços prestados neste campo, no Paraná, em contrato com o DNOS e com o Projeto Noroeste. É uma pessoa de profundos conhecimentos. E houve o contrato baseado conforme o parecer apresentado, e os votos dados, do Tribunal.

Na realidade, Sr. Deputado, depois de vários pareceres, várias laudas, foi um pouco resumido o meu parecer, louvando naqueles pareceres que já constava do Processo. Mas, dado a exiguidade do tempo, pela falta de reunião, que coincidiu com aqueles feriados e, por duas reuniões eu não pude apresentar. Foi esse o motivo, que eu resumi bastante o Parecer e deixei até de fazer referência a este Parecer da Consultoria Geral da República. E verificando, como V. Exa. já fez referência, ao Artigo 41 — § 9o. — para que não acontecesse, que fosse considerada subsistente, a impugnação, e que não ficasse na Assembléia, foi o motivo que eu apressei para que houvesse tempo de votação.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu que agradeço.

Mas, veja ilustre Deputado Gilberto Carvalho, no dia 25 de outubro, data do Despacho do Presidente da CCJ a V. Exa., ao dia 16/11, aí se passaram quase que um mês, são vinte dias, quase um mês.



E veja V. Exa. como é uma matéria que deveria ter sido discutida longamente. Porque V. Exa. invoca um parecer da Consultoria Geral da República, baseando-se no parecer do Conselheiro, ou do Procurador, Dr. Isfer.

Mas no parecer do Conselheiro João Feder, quando ele trata exatamente desta questão da "notória especialização", me permita V. Exa. que também leia este trecho, em que ele invoca a Consultoria Geral da República.

Diz o Parecer: "Do Serviço incomum."

O Sr. Gilberto Carvalho — Eu li todo o parecer.

O SR. TRAJANO BASTOS — Mas V. Exa. me permite?

"Efetivamente consta do Acórdão recorrido, uma resolução do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que se sabe inspirada em fundamentos de decisão do Tribunal de Contas da União incluindo-se nessa resolução que "a dispensa de licitação por notória especialização só tem lugar quando se trata de serviço inédito ou incomum". Essa interpretação da nossa Corte Federal de Contas, de tal forma se difundiu entre aqueles que tratam com a matéria e tem sido tão seguidamente citada que dá a entender estarem todos de acordo com ela. E essa idéia tanto se propagou que acabou incluindo esse entendimento entre as razões recolhidas pela douta Consultoria Geral da República a 28 de fevereiro de 1977, em parecer normativo dado a público por solicitação do Gabinete Civil da Presidência da República.

Em que pesem todas essas circunstâncias, perfilhamos ao lado daqueles que elegem o raciocínio levantado no presente processo pela douta Procuradoria do Estado junto a este Tribunal. E julgamos incompreensível que tese tão frágil tenha encontrado tão fértil campo de difusão."

Então me parece que é uma matéria, que é um assunto que gera ou tem gerado alguma discussão. E é nesse ponto que eu me bato. Porque nós vamos votar uma matéria sem ter a certeza, a convicção plena de que uma ou outra corrente de pensamento, seja a certa.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. me permite mais um aparte? (Assentimento).

V. Exa. nobre Deputado, quando a gente fala em dias, parece que foi muito tempo. Mas sabe V. Exa. que nós nos reunimos uma vez por semana. E infelizmente, coincidiu de eu receber um dia antes da primeira reunião. E V. Exa. tem razão, uma matéria como essa, eu até tenho pedido e não vai aí nenhuma má intenção, de que a oposição tomasse conhecimento.

Eu tenho pedido que matérias de importância, sejam distribuídas aos Srs. membros da oposição para que estudem e tomem conhecimento.

Mas infelizmente, dadas estas condições que antecederam de na primeira reunião não poder apresentar porque eu não tinha elementos tinha que ler todos aqueles pareceres e arrumar alguma coisa para que pudesse justificar o parecer que pretendia dar. E depois perdi as outras duas reuniões, dados os feriados que houve e não pude participar. Então foi em cima da hora. V. Exa. tem razão, nós deveríamos ter feito esta distribuição. Mas me preocupei de todos os males o menor, me preocupei que não passasse também o prazo aqui nesta Casa. Então esta foi a minha maior preocupação, de não perder o prazo. Foi por isso que nós apresentamos esse parecer para que fosse submetido à apreciação do plenário. Mas V. Exa. com a razão, deveria na realidade, ter comunicado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Eu agradeço. Mas acontece que entre os dois males, neste caso, não existe o menor. Os dois são graves, os males. Tanto não ser apreciado como deveria ser, quanto se esta matéria caísse por decurso de prazo.

Eu acredito que futuramente nós não tenhamos o dissabor de nos defrontarmos com problema desta ordem.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para repetir o que já disse ao nobre Deputado Gil-

berto Carvalho. Eu concordo com V. Exa. ainda que para que não perdêssemos o prazo, esta matéria tivesse que ser votada no dia de hoje, eu penso que devia ter sido anunciada para que nós estivéssemos habilitados a questioná-la e debatê-la devidamente. Trata-se de um assunto de grande importância e é lamentável que a Assembléia não pudesse ter tido o tempo necessário para debatê-la exaustivamente. Seria até uma oportunidade para que a Assembléia crescesse em sua importância, aos olhos da opinião pública. Eu concordo com V. Exa. neste particular.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Nessas condições, passo às mãos da Mesa, o requerimento que li desta tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Em discussão única a Proposição número 520/77.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra para discutir ao eminente Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez o que mais irrite o Parlamentar, nos momentos que correm é acabar constatando que os homens que detêm o poder discricionário acabam levando vantagem junto à opinião pública, pois o parlamentar acaba chegando à conclusão que realmente o discricionarismo, ainda aos olhos do povo, acaba sendo o melhor caminho, pois o próprio parlamentar abre mão dos seus direitos e, principalmente, das suas obrigações.

Vivemos a nos irritar quando somos taxados pela imprensa de coniventes.

Chegamos a nos ameaçar fisicamente, quando palavras mais ásperas nos classificam, chamando-nos de subservientes.

Chegamos a nos exasperar, quando, quase que com toda razão, se afirma por aí fora que melhor seria estivessem fechadas as portas dos parlamentos e entregues às mãos discricionárias de um homem, toda a orientação, todas as medidas atinentes às coisas do País.

As datas foram discutidas; o prazo é fatal. Temos um novo PROBEN, temos uma nova GUAVIRA. PROBEN tão criticado, tão repudiado, mas que continua a prestar maus serviços ao Estado e, quem o duvida, tenho em meu gabinete uma resposta do Sr. Secretário dos Negócios do Interior, provando que este ano a famigerada PROBEN, ainda este ano, foi contratada pela SANEPAR para fazer um projeto de abastecimento de água para a cidade de Realeza, projeto que teve o mesmo destino que outros projetos pagos, e bem pagos, pelo nosso Estado, tiveram: o cesto de lixo.

Está o projeto de Realeza, depois de pago, feito pela PROBEN, também destinado a quase todos os projetos que se realizam neste Estado: o cesto de lixo.

E quem o confirma é o próprio Sr. Secretário dos Negócios do Interior, em ofício dirigido a esta Casa, respondendo perguntas feitas por este Deputado.

Novamente temos uma GUAVIRA, a famigerada GUAVIRA que levou dois milhões de cruzeiros, metade de um custo de um prédio para aulas, metade do valor de uma escola com 10 salas, GUAVIRA que fez um livro fantasma, o célebre "Paraná, Terra de Todas as Gentes".

E agora estamos a analisar, "a toque de caixa", numa sexta-feira, após verdadeiros feriados, estamos a analisar, em último prazo, assunto de real importância.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, voto com o Parecer do Tribunal de Contas, contra o Parecer do nobre Deputado Gilberto Carvalho. E mais ainda, deixo registrada a minha estranheza pelas denúncias feitas pelo Deputado Gilberto Carvalho de que aquela Comissão tem se reunido esporadicamente.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu não disse que a Comissão se reúne esporadicamente. Reuni-mo-nos todas as quartas-feiras.

O SR. DENI SCHWARTZ — Inclusive, nesse processo, não houve reunião, a bem da verdade. Porque, esse processo teve suas assinaturas tomadas em plenário. E como antigo membro daquela Comissão — a Comissão mais importante da Casa — que, inclusive foi denunciada pelo Sr. Presidente da Casa por ter deixado de se reunir.

É preciso que o Paraná saiba disso, pois é preciso que se acabem com as reuniões fantasmas. Eu mesmo, por diversas vezes, me neguei assinar documentos de reuniões que não houveram.

Quem está numa Comissão deve ter, antes de mais nada, a suficiente abnegação para participar dessa reuniões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, exatamente examinando esses documentos, voto contra o parecer e pela ilegalidade desse contrato, porque o Sr. Relator se baseou no Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior para emití-lo. E nesse mesmo Relatório, me baseio para votar contra, uma vez que diz, no Parecer do Tribunal de Contas, a seguinte frase, à folha número 2, "cumprindo a diligência aquela Secretaria fez juntar ao processo duas peças". E é a primeira que nos interessa, de autoria do Coordenador Geral do GPS, dizendo que "a licitação foi dispensada por não dispor a Secretaria de pessoal qualificado para a tarefa."

Se a Secretaria dos Negócios do Interior não tem pessoal qualificado para simplesmente julgar a concorrência, também não tem competência para julgar se são, ou não, legais, determinada concorrência.

Voto pela ilegalidade porque é a própria Secretaria que reconhece a sua incompetência.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em discussão a Proposição número 520/77. — Em votação. — Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência deferre. Será feita a verificação.

O SR. ACCIOLY NETO (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, a Proposição que está sendo votada, não define, exatamente, qual é a sua intenção. Não me parece haver lógica votar-se a favor ou contra a Proposição. É que ela deixou de fazer constar se aprovamos ou não a decisão do Tribunal de Contas. Apenas é um Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Nada mais.

Admitindo que a Proposição seja rejeitada, o que isto, significará em relação à Constituição, no que diz respeito à matéria dessa espécie?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Respondendo à Questão de Ordem do eminente Deputado Accioly Neto, esta Presidência entende que a Proposição número 520/77 é oriunda do Ofício número 841/77, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que submete à apreciação desta Casa, consequentemente, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Resolução número 3.661/77 daquele egrégio Tribunal. Consequentemente, também Tribunal de Contas, que julgou ilegal o contrato firmado entre a Secretaria do Interior e o arquiteto José Alves Socorro. Parecer da CCJ julgando legal o referido contrato por unanimidade.

De maneira que o Plenário é soberano para julgar se o contrato firmado entre a Secretaria de Interior e o arquiteto José Alves Socorro.

Fica portanto, a Proposição, a critério exclusivo do Plenário.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, me perdoe a insistência, é que a dúvida surgiu pelo fato da espécie escolhida para submeter à apreciação do Plenário, a matéria não

ser exatamente correta. Pareceria que, a exemplo dos convênios, que nós deveríamos deliberar em torno de um Projeto de Resolução elaborado pela Comissão de Constituição e Justiça, onde se fixasse uma posição da Assembléia, assim como nos convênios, em que um Projeto de Resolução especifica que se aprove o termo de convênio. Como poderia ser o contrário. Não se aprova o termo de convênio.

E aqui seria a mesmíssima coisa. Assim, eu em questão de ordem, Sr. Presidente, sugeria que este processo retornasse à Comissão de Constituição e Justiça para que se elaborasse um parecer, digo melhor, um projeto de resolução, definindo se se aprovam ou não a Resolução número 3661/77 do Tribunal de Contas, como única forma de deliberar com lógica.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência concorda com o Deputado Accioly, mas me parece que é discussão única. Mesmo que esteja mal posto, realmente entendemos que deveria ser em contrário, de uma maneira diversa da que está. Deveria ser um Projeto de Resolução realmente proposto pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. IVO THOMAZONI (Pela ordem). — Sr. Presidente, cabe uma explicação ao episódio:

Evidentemente, regimentalmente o eminente Deputado Accioly Neto tem razão ao significar a exigência regimental de transformação da matéria, em Resolução, em Projeto de Resolução.

Veja, Sr. Presidente, como se colocou, para a Mesa, o problema:

No último dia 16, portanto na Sessão de quarta-feira, a Presidência foi alertada da existência, na Comissão de Constituição e Justiça, da matéria em apreço.

A Presidência verificou que, constitucionalmente, o prazo para deliberação da Casa esgotar-se-ia no dia 19, amanhã, portanto.

Quando solicitada pelo eminente Deputado Relator da matéria, a inclusão na Ordem do Dia, em Discussão Única, a Presidência recusou-se, por não encontrar amparo regimental; todavia, para que esta Casa não fosse cobrada pela opinião pública, de não se haver manifestado em matéria de tamanha importância, solicitou, a Presidência, fosse, com urgência, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça eis que, quer me parecer que a douta Comissão de Constituição e Justiça poderia indicar um caminho. E o fez, através do Parecer exarado com data de 16 último, e exibido ao Presidente, ontem, que imediatamente, procurando preservar o bom nome desta Casa, sem que no futuro possam, de leve, insinuar que houvesse pretensão de não analisar a matéria dentro do prazo constitucional, permitiu-se, a Presidência, em acatar o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e anunciar, em Discussão Única, para a presente Sessão.

Parece-me, está criado um impasse, Sr. Presidente.

Se voltar ao Departamento Legislativo para autuar o processo transformando-o em Projeto de Resolução, nós fatalmente estaremos com o prazo esgotado para deliberação da matéria.

Era, Sr. Presidente, o que em Questão de Ordem cabia ressaltar, anunciando o desconhecimento da existência da matéria, na Casa, e da exigência de prazo de 30 dias para deliberação.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência...

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Com a palavra, Pela Ordem, o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, encaminho a V. Exa., numa Questão de Ordem, uma consulta:

Se este Projeto, esta Resolução, esta Proposição não for votada hoje, e, atendida a pretensão levantada pelo ilustre Deputado Accioly Neto, invade-me a dúvida, se, esta Proposição cairá pelos 30 dias que a Constituição estabelece.

Mas acontece o seguinte: que, ela não deixou de ser apre-

ciada dentro do prazo constitucional; veio, foi à Comissão, veio a Plenário.

O fato é o seguinte: que este Plenário não pode, Sr. Presidente, aprovar u'a matéria desta ordem, sem o "quorum" regimental. Parece-me que aí, sim, se estabelecerá a diferenciação entre os dois vales. Porque é preferível, Sr. Presidente, que o Plenário não vote esta matéria, do que assumir uma posição sem que esteja, devidamente, informado para dar seu voto. É preferível, até, que se perca este prazo, Sr. Presidente e eu consulto a V. Exa. se pelo fato desta matéria ter entrado para discussão no prazo constitucional, se voltar à Comissão para ser discutida na semana que vem, como é que ficaria este prazo que a Constituição estabelece?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Primeiramente, esta Presidência atendendo a questão de ordem do Deputado Accioly Neto, pretende fazer a votação inversa com a seguinte redação: — Os Srs. Deputados que dão provimento ao recurso da Secretaria do Interior, queiram levantar-se; os que negam provimento ao recurso, queiram levantar-se. A Presidência ainda não está processando a votação; apenas anunciando a maneira como pretende colocar a matéria.

Agora, vamos colocar em votação — Os Srs. Deputados que dão provimento aos recursos da Secretaria do Interior, queiram levantar-se; (Pausa). — Os Srs. Deputados que negam provimento ao recurso, queiram levantar-se. — (Pausa).

Cinco (5) Srs. Deputados aprovam; quatorze (14) Srs. Deputados rejeitam.

Conseqüentemente, não há "quorum" para votação.

A Presidência entende que a matéria que tem 30 dias, constitucionalmente, para ser apreciada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, não deverá voltar na Ordem do Dia, para a Sessão da próxima segunda-feira.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Infelizmente, Sr. Presidente; infelizmente eu digo, infelizmente para este Poder, a decisão de V. Exa. é acertada e tem amparo legal.

Infelizmente, para este Poder, porque matéria desta ordem vai para os arquivos sem que este Poder a tivesse examinada como deveria. Nessas condições, Sr. Presidente, e a par de nosso protesto, solicito a V. Exa. a verificação de "quorum" por chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo a V. Exa. (Tímpanos).

O Sr. Primeiro Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de "quorum".

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para a verificação de "quorum").

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 20 Srs. Deputados responderam à chamada nominal. Não há "quorum" para deliberação.

Sobre a mesa, ofício firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, na qualidade de Líder da ARENA e do Governo, constante do expediente, indicando para comporem a Comissão Especial para análise das emendas contidas na Proposição número 537/77, os seguintes Srs. Deputados: Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares e Augusto Carneiro. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do relatório oriundo do Tribunal de Contas do Estado, assinado pelo Sr. Conselheiro Relator DR. João Féder. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, em forma de apelo no sentido de determinar que sejam atendidos os trabalhadores em conservação de estradas especialmente do 15º Distrito Rodoviário, referente às horas extras trabalhadas. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado à SERCOMTEL — Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina, pleiteando a instalação de uma cabine telefônica, para serviços intrurbanos, no A. oporto de Londrina. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando a juntada da Proposição número 419/77, de emenda ao Artigo 76, da Constituição do Estado, à Proposição de Emenda número 537/77. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da coluna do jornalista Ali Bark, publicada no jornal "Gazeta do Povo", intitulada "A Presença do Líder". — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, bem como à Secretaria de Segurança Pública, consubstanciado em denúncia e pedido de providências, com referência ao responsável pela Polícia Rodoviária na circunscrição de Ponta Grossa. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Diretor Geral do DETRAN e a Secretaria de Segurança Pública, no sentido de que sejam adotadas medidas necessárias para disciplinar o trânsito na cidade de Campo Mourão. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo e aplauso ao Sr. Governador do Estado, pela nomeação do Engenheiro Luiz Antônio A. Pinho, para o cargo de Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, manifestando o integral apoio desta Casa à Moção número 04, apresentada pela Associação Comercial de Maringá, na XXV Reunião Plenária das Associações Comerciais do Paraná, na qual pleiteia medidas visando a diminuição de taxas dos juros e demais taxas bancárias, objetivando a dedução do custo do dinheiro. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante de expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Chefe do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, manifestando o apoio desta Casa à Moção número 06, apresentada pela Associação Comercial de Maringá na XXV Reunião das Associações Comerciais do Paraná, realizada em Foz do Iguaçu no mês de setembro, que foi aprovada naquela reunião, consubstanciada em pedido de abertura de novas concorrências para implantação de novas linhas de transporte coletivo, através de outras empresas. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei número 23, 61, 74, 84, 105, 112 e 136/77 e de Resolução número 312/77.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 83/75, 92/76, 120, 124, 127, 134, 137, 138, 139, 140, 144/77 e de Resolução números 256, 310, 320, 321, 340, 357, 360 e 361/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 142/77.

A Presidência anuncia ainda, para a sessão de terça-feira, dia 22, a apreciação do Projeto de Lei número 132/77, do Orçamento Geral do Estado, em 2ª Discussão.

Levanta-se a sessão.